



TRAUMANN & THOMPSON

ESTRATÉGIA . REPUTAÇÃO . CRISES

REPORT

Análise de Risco Político
2018

ÍNDICE

Primeiras medidas **03**

Turma de Paulo Guedes **08**

Congresso **05**

Os Desafios da Economia **09**

O Presidente e o Superministro **06**

Diplomacia e Comércio Exterior **12**

Time do Bolsonaro **07**

O primeiro erro a ser evitado para avaliar um eventual governo Bolsonaro é considerá-lo mais do mesmo, achar que uma vez empossado ele fará os mesmos acordos que o PSDB e o PT subscreveram para formar um governo estável. Isso é minimizar o fenômeno Bolsonaro e não compreender que ele simboliza uma ruptura com o Brasil dos últimos trinta anos.

Este será um governo de enfrentamentos. Haverá uma disputa aberta com o PT e também com o PSDB; com a TV Globo e a mídia internacional; com o Movimento Sem Terra e o Movimento Sem Teto; com as ONGs defensoras das minorias e meio ambiente e com as centrais sindicais; com a China e a Venezuela.

Será um governo em campanha eleitoral permanente contra os opositores, com uso intensivo das redes sociais para conectar Bolsonaro diretamente com a população e apoio ostensivo de TVs amigas.

Os bolsonaristas acreditam que as dificuldades econômicas do início do governo serão compensadas pela popularidade com ações espetaculares do Exército contra o tráfico no Rio e da Polícia Federal contra políticos suspeitos de corrupção. Haverá marketing publicitário no envio ao Congresso de um pacote de segurança reduzindo a maioria penal, ampliando os direitos de porte de arma e encerrando as limitações policiais em conflitos armados.

As primeiras medidas



Logo ao assumir, o novo governo obrigatoriamente precisa decidir se irá manter o subsídio no óleo diesel (ao custo de R\$19 bilhões/ano), encerrar a intervenção federal no Rio de Janeiro, acordar sua participação nas eleições dos presidentes da Câmara e do Senado, anunciar um nova de reajuste do

salário mínimo (a regra atual caduca em abril) e aprovar um crédito suplementar de R\$ 258,176 bilhões para não infringir a Regra de Ouro e ser acusado de crime de responsabilidade fiscal.

As primeiras medidas

Subsídio do Óleo Diesel | Salário Mínimo

Uma das primeiras decisões do novo presidente será prorrogar ou não o subsídio do óleo diesel, uma concessão do governo Temer para encerrar a greve dos caminhoneiros de maio passado. A greve tirou um ponto do PIB de 2018 e gerou um custo aos cofres públicos de R\$9,58 bilhões com o subsídio. Os caminhoneiros foram os primeiros apoiadores a quem Bolsonaro agradeceu na sua primeira entrevista no segundo turno, no Jornal Nacional.

Se continuar a valer, o subsídio custará R\$ 19 bilhões em 2019. Contando ainda com a renúncia de impostos sobre combustíveis, o custo aos cofres públicos estaria em R\$ 27 bilhões.

Em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro deu a entender que vai manter a concessão:

"Cada litro refinado de diesel custa 90 centavos, não sei se é verdade. E depois a Petrobras bota 150% de margem de lucro e revende, aí vai para o Brasil, você bota em média 30 por cento do ICMS. Ninguém aguenta. Você tem que diminuir a carga tributária", destacou. Segundo Bolsonaro, "o país não pode ter uma política predatória no preço do combustível para salvar a Petrobras e matar a economia brasileira. Qualquer coisa no combustível reflete no preço da mercadoria que está na ponta da prateleira".

A vigência da regra atual de correção do salário mínimo se encerra em abril. Hoje o cálculo é uma média entre a variação da inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos antes e, eventualmente, algum reajuste real. Como as despesas com Previdência, seguro-desemprego, abono salarial e benefícios de assistência social para os mais pobres são vinculadas ao salário mínimo, a definição da regra de correção é o centro da política fiscal. Cálculos de Manoel Pires, da FGV, apontam que a manutenção da regra atual para o período de 2020-2023 custaria R\$ 96,8 bilhões – R\$ 21,6 bilhões só no primeiro ano. Se houver um aumento real zero, o impacto fiscal será de R\$ 61,3 bilhões.

Regra de Ouro

Depois da Lei do Teto de Gastos, a segunda parede de contenção aos gastos públicos é a Regra de Ouro, norma constitucional que proíbe o governo de emitir dívida além da sua despesa de capital, ou seja, dos seus investimentos. Isso significa proibir ao Estado endividar-se para cobrir despesas correntes, como salário de servidores públicos, aposentadorias e o Bolsa Família. Descumprir a Regra de Ouro é um crime de responsabilidade

fiscal – o argumento usado em 2016 no processo de impeachment de Dilma Rousseff.

No governo Temer, o Poder Executivo descumpriu a Regra de Ouro em 2017 e 2018, mas conseguiu tapar o buraco antecipando o pagamento de R\$ 100 bilhões de empréstimos ao BNDES. Em 2019 não haverá essa alternativa.

De acordo com Orçamento da União de 2019, o novo governo só tem caixa para sustentar seis meses das despesas com Previdência Social e programas sociais como o Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e compensação da desoneração da folha de pagamento paga pelo Tesouro Nacional à Previdência Social.

Para impedir um shutdown da administração pública, o futuro governo precisa aprovar no Congresso um crédito extraordinário de R\$ 258,176 bilhões para 2019. Para os demais anos, vai precisar de dois terços da Câmara e do Senado flexibilizando os limites da Regra de Ouro.



Congresso

O grande teste de governabilidade do mandato Bolsonaro será em 1º de fevereiro quando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal elegeem seus novos presidentes. O atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (principal líder do consórcio de partidos chamado de Centrão), é candidato à reeleição, mas dificilmente terá apoio dos bolsonaristas. Sua relação com a família Bolsonaro é tumultuada. Um dos filhos do militar, Flávio Bolsonaro, eliminou o pai de Rodrigo, Cesar Maia, na disputa do Senado do Rio.

Bolsonaro tem uma preocupação justificada em eleger alguém seu no comando da Câmara. É o presidente da Câmara que decide solitária e unilateralmente pelo encaminhamento dos processos de impeachment, além de determinar o ritmo de toda a pauta da Câmara.

Com o apoio dos ruralistas, delegados, militares e evangélicos (chamada de bancada boi, bala e Bíblia), e, a base de um eventual governo Bolsonaro inicia entre 250 e 280 deputados de todos os partidos da direita e centro-direita, suficiente em tese para eleger quem ele indicar.

Já se apresentaram como possíveis candidatos o deputado capitão Augusto Rosa (PR-SP), o deputado delegado Waldir (PSL-GO), Kim Kataguiri (DEM-SP), líder do Movimento Brasil Livre, e Luciano Bivar (PSL-PE), presidente licenciado do PSL. Desses, o Capitão Augusto - bolsonarista de primeira hora e membro do Centrão, é uma candidatura viável.

Outra possibilidade composição _ uma espécie de meio-termo entre Rodrigo Maia e o Capitão Augusto – seria o deputado Aguinaldo Ribeiro (do PP, ex-ministro de Dilma e líder do governo do Temer).

Com 52 deputados, o PSL elegeu a segunda maior bancada e rapidamente deve se transformar na primeira com a adesão de eleitos por legendas que não alcançaram o coeficiente eleitoral. Por tradição, o maior partido indica o presidente na Câmara, mas nem sempre essa norma é seguida.

Esta será uma Câmara de novatos. Dos 513 deputados, 169 estão em seu primeiro, sendo que 141 nunca exerceram nenhum cargo público.

A eleição do presidente da Câmara é apenas o primeiro lance de um embate duro entre Bolsonaro e os partidos tradicionais. O capitão quer negociar apoio com as bancadas genéricas da bancada Boi-Bala-Bíblia, atendendo reivindicações específicas de cada grupo e passando por cima dos dirigentes tradicionais.

Bolsonaro também já anunciou que o seu ministério não terá indicações partidárias, rompendo com o “presidencialismo de coalizão” que sustentou os governos FHC 1 e 2, Lula 1 e 2, Dilma 1 e Temer.

É ingenuidade considerar que os políticos irão aceitar essa nova configuração sem reagir. O PR, elegeu 33 deputados, e há mais de uma década manda e desmanda no Ministério dos Transportes; o PP (37 deputados

eleitos) é o atual dono do Ministério da Saúde e na Caixa Econômica Federal; o PSD (34 deputados eleitos) comanda o Ministério das Cidades. É factível imaginar que esses partidos que juntos tem um quinto dos votos do Congresso irão abandonar seus cargos pacificamente?

O discurso antipolítico de Bolsonaro é o mesmo de Fernando Collor, que montou um primeiro ministério com amigos e dissidentes do PFL. Com o fracasso do Plano Collor, em seis meses o presidente abriu espaço para o loteamento. Em um ano e meio, mudou dois terços do ministério por políticos profissionais. Em menos de menos de três anos, sofreu impeachment.

É previsível supor que, se eleito, Bolsonaro irá ceder ao toma-lá-dá-cá como antes cederam FHC e Lula. A dúvida é quanto tempo ele vai demorar para tomar essa decisão e qual o custo dessa concessão para a sua popularidade.



Congresso

No Senado, a situação de Bolsonaro é pior. A base bolsonarista parte de apenas 15 senadores, sendo obrigado a negociar com o Centrão (22 senadores). A oposição (PT-PSB-PDT-Rede) tem 17 senadores e PSDB e MDB – que devem atuar em bloco-somam outros 21.

A eleição de outubro mudou o rosto do Senado, Apenas 8 dos 33 que buscavam reeleição conseguiram se manter na Casa. Dos 46 novos senadores, pelo menos 40 nunca foram senadores e 9 nunca ocuparam cargos públicos, nem eleitos nem nomeados para função de confiança.

O único candidato a presidente do Senado posto até agora é Renan Calheiros, rejeitado publicamente por Bolsonaro. Mas se costurar o apoio de MDB, PSDB e PT, Renan terá uma possibilidade real de voltar à presidência do Senado.

Além de Renan, o MDB também elegeu outros veteranos que conhecem o funcionamento da Casa: Jader Barbalho, Eduardo Braga e Jarbas Vasconcelos. Com os dois remanescentes do PSDB- Tasso Jereissati e José Serra- e os ex-governadores Cid Gomes (PDT) e Jaques Wagner (PT) forma-se um núcleo sólido e experiente independente do Planalto.

O Senado tende a ser o principal freio das iniciativas de um eventual governo Bolsonaro.

O Presidente e o Superministro

É como se existissem dois governos. O de Jair Bolsonaro é da ordem policial, do conservadorismo nos costumes e do antipetismo radical. Foi ele quem obteve o apoio das Forças Armadas, das igrejas evangélicas e parte importante do Ministério Público e do Judiciário.

O segundo governo é o do economista Paulo Guedes, que anulou as preferências do mercado financeiro e do empresariado pelo PSDB. Eles só chegaram ao poder porque se completavam.

No início do primeiro turno, Bolsonaro se orgulhava da sua ignorância em economia prometendo que antes de decidir perguntaria ao “Posto Ipiranga” Paulo Guedes. Antecipou ainda que Guedes teria um superministério, resultado da fusão das funções da Fazenda e do Planejamento, tendo sob sua guarda o Banco do Brasil, o BNDES, Caixa Econômica, o

Tesouro Nacional, a Receita Federal e Secretaria de Orçamento. Desde o governo Collor nenhum ministro acumulou tanto poder formal.

O mercado e a mídia passaram a acreditar que Guedes seria um primeiro-ministro.

Os últimos dias, no entanto, mostraram que talvez não seja assim.

Guedes quer privatizar tudo que estiver ao seu alcance. Bolsonaro já retirou da lista a Petrobras, a Eletrobras e o Banco do Brasil. Guedes é ardoroso defensor de uma reforma da previdência dura. Bolsonaro quer um projeto light, com idade mínima baixa, uma transição longa para o novo sistema e sem ferir os interesses dos militares. Guedes disse em uma palestra que estudava recriar a CPMF para cobrir perdas de receita. Bolsonaro o desmentiu publicamente.

Guedes quer reduzir gastos do governo. Bolsonaro anunciou um 13º. Salário para o Bolsa Família. Guedes quer abrir o Brasil para investidores. Bolsonaro aceita desde que não sejam investimentos chineses. São indícios de uma relação difícil.

A supremacia militar nas equipes da campanha governo Bolsonaro permitem especulações sobre o cabo-de-guerra entre o líder político e o líder econômico. Como escreveu a jornalista Miriam Leitão, em O Globo, *“o pessoal do mercado começa a desconfiar de que Bolsonaro pode não incorporar o Pinochet almejado, encarnando, isso sim, o Geisel nacionalista e intervencionista. O recuo na privatização da Eletrobrás, com a recusa de “entregar a geração de energia aos chineses”, acendeu sinais amarelos nos painéis de controle dos agentes do mercado”*.

Se existe uma lição no livro do nosso sócio Thomas Traumann “O Pior Emprego do Mundo” é que os ministros mais bem-sucedidos eram os que gozavam de maior confiança dos seus chefes. É um balé complicado. O presidente tem o poder de direito. Mas ao conceder ao ministro da Fazenda os instrumentos e o mandato para agir, ele avilta seu próprio poder.

O Presidente e o Superministro

O Brasil teve vários casos de superministros. Poucos deram certo justamente porque não tiveram a autonomia prometida. Mário Henrique Simonsen recebeu superpoderes no início do governo Figueiredo, mas só aguentou quatro meses tentando convencer o chefe de que o país precisa reduzir o crescimento para enfrentar a crise externa. Seu substituto Delfim Netto teve poderes extremos, mas deixou o país perto da moratória e contaminado pela inflação crônica. Marcílio Marques Moreira assumiu na derrocada do Plano Collor 2 e teve como maior mérito não deixar o país quebrar às vésperas do impeachment. Fernando Henrique Cardoso montou uma equipe brilhante, criou o Plano Real e foi eleito presidente. Henrique Meirelles tirou o país da recessão, mas a base do governo lhe faltou na hora de aprovar a reforma da previdência.

Falando sobre os excessos do poder, Simonsen disse certa vez “o problema do circo começa quando o acrobata acha que pode voar”.

O teste da relação Bolsonaro e Guedes será a proposta da reforma da previdência. Um emenda de efeito gradual (como prefere Bolsonaro e seu coordenador político Onyx Lorenzoni) terá como efeito imediato o fim da aura de intocável de Guedes. Se não tiver apoio para uma proposta efetiva de reforma da previdência, Guedes assumirá com prazo de validade.

É real a intenção de reduzir o número de ministérios e montar uma equipe de colaboradores e militares. Uma lista que circula no grupo faz o seguinte desenho, similar à reforma do governo Collor: Economia (juntando Fazenda e Planejamento), Relações Exteriores, Defesa, Agricultura (com Ambiente), Educação (com Cultura), Saúde, Casa Civil, Casa Militar, Infraestrutura (com Transportes, Comunicações, Minas e Energia e Integração), Justiça (com Segurança Pública), Indústria (com Turismo), Banco Central e Advocacia Geral da União. Os ministérios das Cidades, Cultura, Meio Ambiente, Esportes e Direitos Humanos serão extintos.

Os ministros nomeados:

Economia - **Paulo Guedes**

Casa Civil - **deputado Onyx Lorenzoni**

Transportes - **general Osvaldo Ferreira**

Defesa - **general Augusto Heleno**

Outros cotados

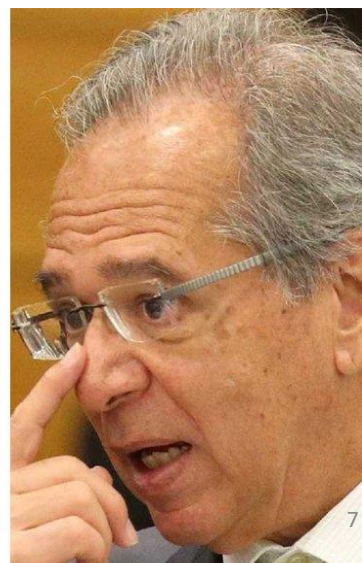
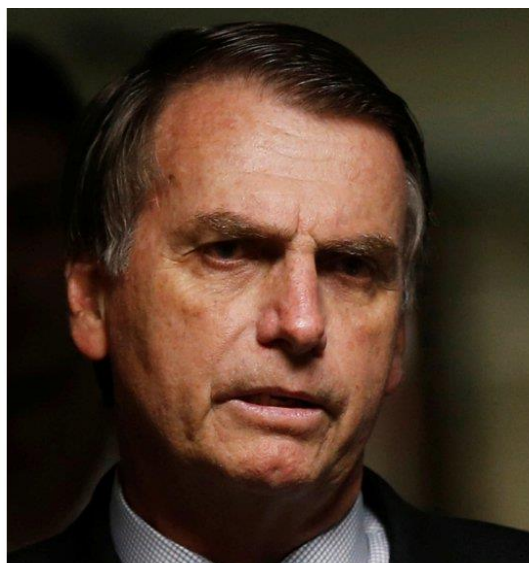
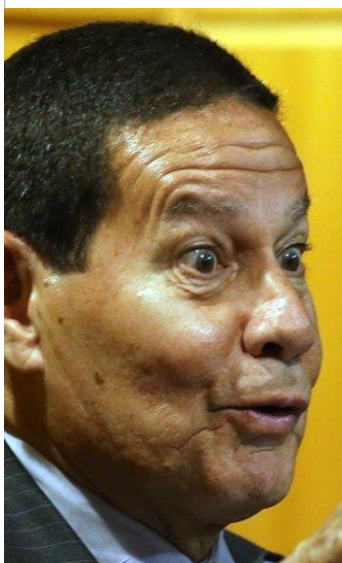
Educação - **Stravos Xanthopoulos**, diretor de relações internacionais da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), e o general Aléssio Ribeiro Souto.

Saúde - **Henrique Prata**, presidente do Hospital do Câncer de Barretos.

Ministério da Justiça – **Gustavo Bebiano**, presidente interino do PSL

Agricultura - **Nabhan Garcia**, presidente da União Democrática Ruralista, **Luís Carlos Heinze**, senador eleito do PP do Rio Grande do Sul, e deputada **Teresa Cristina**, coordenadora da bancada ruralista.

O time de Bolsonaro



A turma de Paulo Guedes



Marcos Cintra - Ex-deputado federal, o economista e professor da FGV virou folclórico pela sua defesa do imposto único, a ideia que o Steve Forbes usou como pré-candidato republicado a presidente vinte anos atrás. Preside a Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa (Finep)

Comércio Exterior - Marcos Troyjo, doutor pela Universidade de São Paulo e diretor do BricLab da Universidade de Columbia.

Um perfil do grupo:

Abraham Weintraub e Arthur Weintraub

Os irmãos professores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), são os responsáveis pela proposta de reforma da previdência e reforma do Estado (com redução de ministérios).

No ano passado, os professores assinaram um documento na página do Facebook de Bolsonaro indicando a possibilidade de autonomia do Banco Central, fato raríssimo já que somente a família tem autorização para mexer nas redes sociais pessoais do candidato.

Roberto Castello Branco - Doutor pela Universidade de Chicago, foi professor da EPGE/FGV, presidente Executivo do IBMEC, diretor do BC e diretor da Vale.

É um liberal sem medo de dizer seu nome, defensor da privatização da Petrobras, contrário as isenções fiscais (inclusive do Simples), a favor do Teto de Gastos, do fim do Fundo da Marinha Mercante e da venda dos ativos do BNDESPar.

Adolfo Sachsida – É o faz-tudo do time de Guedes.

Pesquisador do IPEA, ele mantém um canal no Youtube, onde há vídeos em defesa do Escola sem Partido e comemorações à prisão do ex-presidente Lula. Em um dos vídeos mais vistos, ele diz que Hitler era de esquerda.

Rubem Novaes - Foi diretor do BNDES, presidente do Sebrae e professor da FGV.

Guedes já disse que pretende convidar alguns integrantes da atual equipe econômica para permanecerem no cargo, como a secretaria-executiva Ana Paula Vescovi e o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.





Os Desafios da Economia

O começo de 2019 será difícil. Haverá um repique na inflação no primeiro trimestre em função da safra 2018/19 ter sido plantada com insumos comprados a dólar de R\$4,1. O cenário externo será mais hostil, com a guerra comercial entre

EUA e China. A taxa de juros, hoje no nível mais baixo da história, deve subir dos atuais 6,5% para 8%, segundo as previsões do Boletim Focus.

O mais grave, porém, é a inconsistência dos planos apresentados até agora.

Reforma da Previdência

Poucas urgências são tão unânimes no Brasil quanto a reforma da Previdência. A proposta em andamento na Câmara é um esqueleto do plano inicial da equipe de Henrique Meirelles, mas ainda assim sofreu resistências obstinadas das

corporações. Em resumo, a emenda à Constituição imporia (a) a idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 para homens (INSS e servidores) com a regra de transição até 2042, (b) tempo mínimo de contribuição de 15 anos para segurados do INSS e de 25

anos para servidores públicos e (c) um novo cálculo do valor da aposentadoria, começando de 60% para 15 anos de contribuição até 100% para 40 anos. A reforma pouparia em torno de R\$ 55 bilhões por ano, equivalente a 40% do déficit projetado para 2019.

Os Desafios da Economia

| Reforma da Previdência

Tanto Bolsonaro quanto seu coordenador político Onyx Lorenzoni já descartaram o texto atual. "A reforma vai ser feita de forma fatiada. Há muitas resistências, principalmente no âmbito do Judiciário. Por isso, é necessário ir devagar. Não é como muitos querem. Não adianta querer botar remendo novo em calça velha", disse o capitão.

"A proposta do Temer é uma porcaria", reforçou o coordenador político deputado Onyx Lorenzoni, um dos maiores opositores do projeto em 2017. Segundo levantamento da Folha de S. Paulo, Lorenzoni já fez discursos duvidando da existência de déficit na previdência.

Apenas na semana passada, Bolsonaro citou duas ideias diferentes para idade mínima de aposentadoria. Primeiro disse 61 anos para homens, depois mudou para 62. Para mulheres, falou em 56 e 57 anos.

O fato é que as contas públicas não suportam uma reforma da previdência light. A própria proposta de Meirelles, considerada radical por Bolsonaro, apenas sustentava o sistema por doze anos, em função do envelhecimento da população. Uma proposta inferior à atual é contratar uma crise fiscal e dar um péssimo sinal ao mercado.

O déficit da Previdência projetado para este ano é de R\$ 201,6 bilhões. Para 2019, a estimativa é de um déficit de R\$ 218 bilhões. As despesas da Previdência crescem 3,5% acima da inflação ao ano, apenas em decorrência do aumento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios - chamado de "crescimento vegetativo". Do déficit total, R\$ 44,3 bilhões se referem aos servidores públicos civis e R\$43,3 bilhões aos militares, corporação cujos interesses que Bolsonaro representou e protegeu ao longo de cinco mandatos como deputado federal.

Durante a campanha, Bolsonaro defendeu a adoção de um sistema duplo, no qual o regime previdência seria dividido em dois.

O primeiro seria um sistema básico no qual o trabalhador passaria a receber um quarto do salário mínimo aos 55 anos até chegar a 100% quanto tiver completado a idade de se aposentar.

Os que quiserem uma pensão maior teria direito a pagar um sistema de capitalização, no qual cada trabalhador teria uma conta individual, em que seriam depositadas as suas contribuições mensais. Ao se aposentar, o indivíduo poderia fazer retiradas de sua conta na forma de uma renda mensal.

Ao menos com os dados apresentados até agora, a proposta não para em pé. Se o trabalhador passa a depositar sua contribuição mensal em uma conta individual capitalizada ao longo do tempo para a sua aposentadoria, ele deixará de contribuir para o atual regime geral de Previdência. Ou sejam, a capitalização retira contribuintes ativos da Previdência enquanto o rombo segue crescendo.



Os Desafios da Economia

| Déficit Fiscal

A partir dos erros do governo Dilma, o Brasil passou a acumular déficits fiscais anuais que estrangularam a capacidade de investimento e de manutenção da máquina pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê para o ano que vem um déficit de R\$ 139 bilhões (o saldo negativo de 2018 está estimado entre R\$ 130 bilhões e R\$137,2 bilhões).

Paulo Guedes afirmou que zeraria o déficit em um ano, meta absolutamente inexecutável. Mais de 90% das despesas da União são com o pagamento de aposentadorias e gastos obrigatórios em educação e saúde. Guedes anunciou ainda duas outras promessas irrealistas: (a) arrecadar R\$ 1 trilhão com a venda de estatais (mesmo incluindo Petrobras e Banco do Brasil a conta mal chegaria a R\$ 500 bilhões) e outro R\$ 1 trilhão com a venda de propriedades federais (o valor global das terras da União não chega a R\$ 250 bilhões, incluídos aí propriedades que não podem ser tocadas, como as Florestas Nacionais).

Em conversa com executivos, Guedes defendeu criar dois tributos sobre movimentação financeira nos moldes da antiga CPMF, com alíquota somada de cerca de 0,8%, e ao mesmo tempo extinguir a contribuição patronal ao INSS e os tributos federais não compartilhados com Estados e municípios.

As contas não fecham. Um novo tributo semelhante à CPMF com alíquota de 0,8% geraria uma arrecadação próxima de 2,8% do PIB enquanto só a contribuição patronal ao INSS equivale a 3,1% do PIB. Ao se incluir na conta os demais tributos federais que não são partilhados com Estados e municípios, que geram arrecadação equivalente a 6,5% do PIB, a proposta de Guedes resulta em deixar de arrecadar um total 9,6% do PIB, em troca de receber 2,8% com as duas "novas CPMFs". Em termos financeiros, o governo deixaria de arrecadar R\$ 650 bilhões e passaria a cobrar R\$ 190 bilhões, o que dá uma diferença de R\$ 460 bilhões por ano. Diante da repercussão negativa, Guedes foi desmentido publicamente por Bolsonaro.

O assessor econômico afirmou que irá manter a Lei do Teto de Gastos, que impede os três poderes de gastarem acima do orçamento. O problema é que o Teto só é executável se acompanhado de uma reforma da previdência que ao menos aponte para uma estabilização da relação dívida pública e PIB. Sem reforma, a Lei do Teto é telhado esburacado.

Bolsonaro prometeu uma reforma tributária isentando o imposto de renda até cinco salários mínimos e adotando alíquota única de 20% para as demais faixas de renda — além

de tal proposta reduzir receitas em momento crítico para o quadro fiscal, a alíquota única tornaria o já regressivo sistema tributário brasileiro ainda mais regressivo.

| Privatizações

Paulo Guedes estimou publicamente que arrecadaria R\$ 1 trilhão com as privatizações no primeiro ano de governo. Pura fantasia. Se realmente fosse privatizar todas as estatais (incluindo as vacas sagradas Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Fumas e Eletrobrás) o governo arrecadaria até R\$ 400 bilhões a R\$ 500 bilhões. Só que Jair Bolsonaro já publicamente descartou a privatizações das vacas sagradas.

O que será vendido de fato serão empresas menores e já incluídas nas privatizações do governo Temer, como a rede de postos de combustíveis BR Distribuidora, refinarias da Petrobras, a estatal de aeroportos Infraero, as concessões de loterias federais e as distribuidoras de energia que não forem leiloadas ainda neste.

Não se deve descartar a possibilidade da eventual nova equipe econômica conseguir mudar a opinião presidencial e leiloar a Caixa Econômica, que é 100% estatal.

Em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro traçou os limites:

“Energia elétrica a gente não vai mexer. Até converso com o Paulo Guedes. O que dá errado lá é indicação política. Nós vamos indicar as pessoas para compor isso [o comando da estatal de energia]. Você não pode privatizar para qualquer capital do mundo. A China está comprando o Brasil. Você vai deixar nossa energia na mão do chinês?”

“Arrebetaram com a Petrobras. E daqui, 20, 25, 30 anos, a energia será outra. O refino dá para privatizar, mas mesmo privatizando algumas coisas tem que ver o modelo. A exploração você tem que abrir... Nós temos tecnologia, mas não temos recurso para explorar.”

Diplomacia e Comércio exterior



Serão profundas as mudanças na política externa no governo Bolsonaro. Reiteradas vezes, o capitão afirmou sua admiração por Donald Trump e os Estados Unidos. Para usar um exemplo passado, Bolsonaro concorda com a frase do primeiro embaixador brasileiro em Washington do Regime Militar, Juracy Magalhães: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

Toda a retórica de independência do Itamaraty desde o governo Geisel será reprimida, a polícia Sul-Sul dos governos petistas será extinta e serão revistas as relações com alguns dos principais parceiros. Confira:

China – A fixação de Bolsonaro com os chineses é contraproducente. Entre 2009 a 2017, o Brasil acumulou um superávit de US \$ 78,599 bilhões no intercâmbio comercial com a China, o maior saldo

registrado nas trocas comerciais com um único parceiro de toda a série histórica. Empresas como a Vale, Bunge e Cargill dependem da China como seres humanos do oxigênio.

O estoque acumulado de investimentos chineses no Brasil ultrapassa US\$ 30 bilhões. No ano passado, a China Three Gorges assumiu a concessão das usinas Jupiá e Ilha Solteira, no Rio Paraná. A Fosum, fundo de investimentos de Xangai comprou 80% do capital da Rio Bravo, e o Bank of Communications adquiriu o controle do Banco da Bahia.

As companhias chinesas possuem quase 10% da capacidade instalada do parque gerador brasileiro. Juntas, a CTG Brasil, a CPFL Energia (controlada pela State Grid Corporation of China) e a State Power Investment Corporation (SPIC) possuem 15,36 mil megawatts (MW) instalados, principalmente de usinas hidrelétricas e eólicas. O montante corresponde a 9,6% da capacidade do sistema brasileiro, de 160 mil MW.

Outra empresa controlada pela State Grid Corporation of China, a State Grid Brazil Holding, possui 5% de todo o sistema de transmissão em alta tensão do país, incluindo os dois linhões da hidrelétrica de Belo Monte de energia para o Sudeste. Na distribuição, a participação chinesa (por meio da CPFL Energia e da EDP Energias do Brasil) atende 15,3 milhões de casas e empresas, 18,6% dos consumidores do País.

Há dez anos a China é um investidora prioritária no pré-sal Petrobras, seja com a compra antecipada de petróleo da Petrobras, seja com investimentos diretos em exploração. A Petrobras acaba de fechar acordo com a estatal chinesa CNODC para concluir a refinaria do Comperj, paralisada desde a Operação Lava Jato.

Quase 40% das exportações da Vale vão para a China. Em entrevista, o presidente da companhia, Fabio Schvatsman, disse que pretende conversar depois da eleição com Bolsonaro e tentar apaziguar os ânimos.